

A PEQUENA PROPRIEDADE DENTRO DO COMPLEXO CAFEIEIRO: SITIANTES NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO, 1870-1920 (*).

WARREN DEAN

do Departamento de História da New York University.
Professor Visitante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis.

A aquisição de uma propriedade rural própria era uma das metas principais dos imigrantes europeus contratados nas fazendas de café no Oeste Paulista. A propaganda oficial explorava bastante essa expectativa, e a historiografia da cultura cafeeira frequentemente afirma que "muitos" ou até "a maioria" dos trabalhadores nas fazendas alcançavam tal objetivo. Esta comunicação tenta descrever as possibilidades reais dos colonos, camaradas, e outros trabalhadores rurais tornarem-se sitiantes dentro do sistema de grande propriedade e exportação monocultora.

A área pesquisada corresponde a dos municípios de Rio Claro e Aralândia (hoje desmembrada, porem naquela época, abrangendo uns 1.400 km², com 19 milhões de pés de café). O cultivo de café começou na década de 1840. O ponto alto da produção ocorreu em 1901, quando foram colhidos 14.824 toneladas.

Em 1905 havia 323 produtores de café dos quais 26 produziam a metade da colheita. O ciclo do café nos municípios durou ainda muito tempo. O replantio continuou até 1929, e em 1940 a colheita foi de quatro mil toneladas (1).

Desde o início os fazendeiros de café em Rio Claro fizeram experiências com o trabalho livre. Rio Claro recebeu levas de imigran-

(1). — O presente estudo é baseado numa pesquisa feita com uma bolsa do *Social Science Research Council*, New York. O autor agradece à Profa. Anna Maria Martínez Correa pela revisão que fez do texto original.

tes: portugueses, SUIÇOS e alemães no sistema de parceria, e depois na base de locação de serviços. No ano da Abolição nas fazendas dos dois municípios trabalhavam mais de mil imigrantes. Apesar disso a mão-de-obra escrava atingia quatro mil indivíduos (até no momento da crise final de Abolição). Na década de 1890 os dois municípios receberam cerca de 20.000 imigrantes e em 1890 formavam, eles provavelmente, mais da metade do total da população.

O trabalho nas fazendas era de vários tipos. O contrato de *colono* era o mais estavel, durava um ano, e oferecia a vantagem de proporcionar terras para cultivo próprio, não só para subsistência, mas muitas vezes para venda. Os pagamentos eram feitos em dinheiro, conforme o serviço no cafezal e a quantidade de café colhido.

Talvez a metade dos trabalhadores não gozasse de um contrato de colono, que era sempre oferecido a famílias constituídas, de preferência a imigrantes. Muitos eram *camaradas* pagos por mês, trabalhavam no eito e recebiam comida e cama. Outros eram jornaleiros. Cada fazenda precisava de mão-de-obra especializada — carpinteiros, pedreiros, aradores, maquinistas, etc. — que recebiam em média salários talvez 50 por cento mais elevados do que os dos colonos.

Até a República não havia um verdadeiro mercado de trabalho. A existência de escravidão exercia um efeito compressor na oferta de trabalho livre. Os libertos não tinham plena liberdade de mudar de residência nem de optar por não trabalhar. As leis de locação de serviços (1830, 1837, 1879) não garantiram a igualdade de contrato, uma vez que dos dois contratantes, só o trabalhador era sujeito à pena de prisão se não os cumprisse (2).

Com a extinção em 1890 das leis da locação, as condições no Oeste Paulista se aproximavam das condições de um mercado livre. Os trabalhadores mudavam frequentemente, sempre procurando melhorar sua posição. Os salários refletiam de uma maneira complexa o preço do café, o preço dos transportes, a quantidade de café a ser colhida, e a condição dos cafezais em cada fazenda. Ampliavam-se as condições de cultivo por conta própria e outras condições de emprego para atrair colonos a fazendas menos rendosas. Os salários subiam na época da colheita, e eram frequentes as greves em que se reclamavam aumentos.

Os fazendeiros conseguiam baixar os salários principalmente do lado da oferta. Promoviam a entrada constante de imigrantes europeus em grande escala. As passagens eram pagas pelo governo desde que

(2). — Brasil, *Colecção das leis*, Lei 2.040, 28 de setembro de 1871; Lei 108, 11 de setembro de 1837; Lei 2.827, 15 de março de 1879.

os imigrantes aceitassem um contrato de trabalho. Mas não faltavam meios de repressão. Quase todos os trabalhadores se individualavam aceitando um adiantamento de salário e comprando fiado os artigos de maior necessidade no armazem da fazenda. Os balanços só eram feitos no final da colheita. Esta situação não chegou a significar *enganche*, na região de Rio Claro, mas o fato de ter uma dívida, ou mesmo um saldo limitava a mobilidade do trabalhador.

Parece que os fazendeiros se preocupavam muito com a possível fuga dos colonos, e mantinham capangas principalmente como guardas. O colono com um saldo a seu favor também teria que adotar uma atitude de deferência para não dificultar o pagamento em dia. Os fazendeiros proibiam todo tipo de organização formal entre os trabalhadores para evitar a formação de sindicatos. O delegado e a polícia locais em casos de conflitos tomavam o partido dos fazendeiros. Geralmente o único recurso do trabalhador imigrante era o consulado do seu país; parece que em geral os cônsules intervinham em favor dos seus patrícios.

O governo estadual, procurando evitar contratempos com os consulados, passava a defender certos interesses dos trabalhadores. Formou-se em 1911, um Patronato Agrícola, que adjudicava conflitos, e garantiu em 1906 a primazia do pagamento aos trabalhadores em casos de falência (3).

Uma estimativa de renda familiar dos colonos de Rio Claro aparece na tabela em anexo. A renda dos camaradas e jornaleiros, considerados juntos, chegava a 30 ou 40 por cento destas estimativas. É difícil mostrar o significado destes níveis de rendas, em especial porque a variação da média estimada era muito grande, como mostra *M.S. Beozzo Bassanezi* (4). Imigrantes que chegaram a Rio Claro como crianças lembram que os pais sentiam uma grande melhoria na quantidade de alimentos. Uma evidência indireta talvez seria o pequeno número de espécies de plantas domésticas que eles traziam para o Oeste Paulista. É provável que nas outras compras o imigrante pagasse mais caro, e sofresse uma perda no nível de consumo.

(3). — *Diário de Rio Claro*, 5 de setembro de 1893; *Fanfulla*, 19 de outubro de 1897; 1, 21 de agosto de 1901; *O Estado de São Paulo*, 7 de maio de 1902; *O Alpha* (Rio Claro), 30 de julho de 1901; 5-18 de maio de 1902: conflitos nas fazendas. São Paulo, *Leis*, Lei 10.45C, 27 de dezembro de 1906; Lei 1299A, 27 de dezembro de 1911. Veja Antônio Piccarolo, *L'emigrazione italiana nello stato di S. Paulo* (São Paulo, 1911), pp. 30-32, 56-57, 136.

(4). — Além das escrituras dos cartórios de Rio Claro, uma fonte muito importante para as relações de trabalho no museu histórico de Rio Claro, os documentos da fazenda Santa Gertrudes. Maria Silvia Beozzo Bassanezi utiliza esta documentação hábilmente: "Fazenda de Santa Gertrudes" (tese de doutoramento, FFCL de Rio Claro, 1973). Entrevistas, Sr. Antônio Guerra, Sra. Dominga Silvana, Sr. e Sra. Pedro Rossi.

RENDA ANUAL FAMILIAR DOS COLONOS.

(Estimativa).

I.	Salário Anual	Venda de Milho etc.	Valor de Cultivos Subsistência	Total Renda Familiar
1885-8 7	245	48	128	421
1887-8 9	426	48	122	596
189 6	600	110	280	990
190 0	570	65	175	810
190 5	500	100	240	840
191 1	520	42	105	667

Fontes: Museu Histórico Paulista "Amador Bueno da Veiga" (Rio Claro), Fazenda Santa Gertrudes, Deve-Haver copiador 2, Diário 1899, Correntes 1899-1902; Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria de Agricultura, 44, "Regulamento... Fazenda Angélica; São Paulo, Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, *Estatística agrícola e zootécnica*, 1904-1905; Brasil, Ministério de Agricultura Indústria e Comércio, *Questionário...* 1913.

A ascensão social, aliás, está ligada à possibilidade de fazer economias e aplica-las num negócio rendoso. As eventuais economias aplicadas a atividades na cidade escapam deste estudo. A impressão que se tem, folheando os livros do registro de imóveis em Rio Claro é de que as propriedades urbanas eram compradas, na grande maioria, por pessoas já residentes no centro urbano, com economias provenientes de atividade comercial. As economias aplicadas no exterior — um fator significativo em se tratando de imigrantes — parecem extremamente limitadas. Em 1910 por exemplo, o valor das remessas do Brasil para Itália por via postal, não ultrapassaram \$500 *per capita* do imigrante e seu número representava só um por cento do total do grupo imigrante italiano.

Provavelmente as remessas por meios bancários teriam sido maiores, mas mesmo se fossem muito maiores, parece que só um grupo pequeno, também dos centros urbanos, remetiam suas economias (5).

O problema de remessas é significativo em relação ao grande número de imigrantes que voltavam para a Europa ou caminhavam mais longe, para Argentina, Uruguai, e até os Estados Unidos. Eles tam-

(5). — Rio Claro, Registro de Imóveis, Konrado Krettlis, ed., *Almanak de Rio Claro, 1906* (Rio Claro, 1906) Warren Dean, "Remessas de dinheiro dos imigrantes italianos," *Anais de História VI* (1974), 231-237.

bem teriam que trocar os seus milréis por outras moedas. O baixo nível de remessas sugere que os europeus que saíram não conseguiram reunir muito mais de que o valor de suas passagens. Assim não se transformaram em sitiantes.

A possibilidade de compra de terras em Rio Claro era determinada pelo custo dos terrenos e o salário rural. Em sítio adequado à subsistência de uma família com seis trabalhadores, com lavouras comerciáveis, seria de 40 ha. aproximadamente, que em 1905 vendia-se geralmente por 6.000 milréis. Esta quantia representava doze vezes o salário familiar médio dos colonos (6).

Existia em Rio Claro três principais áreas rurais à disposição de compradores com poder aquisitivo limitado: os subúrbios do centro urbanizado, que começavam a ser loteados na década de 1850, eram comprados por pequenos sitiantes vendedores no mercado municipal; Assistência e Lopes, bairros rurais ocupados por pequenos posseiros antes da apropriação da terra por sesmaria na década de 1810; Cascalho e Jorge Tibiriçá, dois núcleos coloniais organizados pelo Estado em 1885 e 1905. Os núcleos continham, na época de formação, um total de 270 lotes.

O recenseamento de 1905 registra 437 propriedades, das quais 152 eram de estrangeiros, representando 11 por cento do valor do total. Registrou-se igualmente mais 13 sítios de pessoas com sobrenomes alemães. Olhando de perto os estrangeiros, porém, descobre-se que uma boa porção não era de ex-colonos, sendo membros da burguesia de São Paulo, ou comerciantes de Rio Claro que nunca haviam trabalhado na enxada. Seis dos portugueses por exemplo, podem ser assim identificados, possuindo 77 por cento do valor das terras possuídas pelos portugueses. Pelo menos 7 dos italianos também eram burgueses, possuidores de 54 por cento do valor de terras de propriedade de italianos (7).

O recenseamento deve ser interpretado de outra maneira para chegarmos a ter uma idéia das possibilidades dos trabalhadores tornarem-se sitiantes. É necessário enfatizar "trabalhadores" em vez de "imigrantes", não só porque alguns imigrantes eram burgueses sem nenhuma experiência de trabalho manual, mas também porque a classe de trabalhadores era composta, igualmente, de nacionais. O gover-

(6). — Registro de Imóveis, 1905.

(7). — São Paulo, Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, *Estatística agrícola e zootécnica, 1904-1905*. Identidades dos proprietários do *Almanak* e de escrituras comerciais no Cartório do Segundo Ofício.

no, muito interessado em fazer propaganda a respeito do sucesso dos imigrantes, e os fazendeiros, com idéias racistas muito favoráveis aos europeus, podiam esquecer a mobilidade social dos libertos e dos outros trabalhadores brasileiros, mas a historiografia precisa considerar a sorte da classe como um todo. Se os imigrantes eram favorecidos na luta pela ascensão social, essa fato teria graves consequências para os outros trabalhadores. Nas condições das fazendas o número de contratos estáveis e os cafezais mais produtivos eram limitados.

Nas 437 propriedades recenseadas em 1905, foram enumerados 9.239 trabalhadores. Parece que só contavam os trabalhadores residentes permanentemente: na fazenda Santa Gertrudes, por exemplo, que possuía na época 700, foram registrados apenas 400. A força total de mão-de-obra agrícola em 1905 devia ter sido, de fato, aproximadamente 13.000. Pode-se estimar o máximo de seis trabalhadores para definir um sítio cultivado por uma só família. Havia 285 sítios assim definidos, com área média de 41.3 ha., e 921 trabalhadores no total. Nem todas essas terras eram de propriedade de famílias residentes. Havia um número considerável de sítios cujos donos eram da pequena burguesia do centro urbano, arrendados a famílias trabalhadores. O recenseamento dá uma indicação parcial deste setor. Indica sempre a nacionalidade do proprietário e dos trabalhadores. Quando a nacionalidade era diferente, trata-se, evidentemente, de um sítio arrendado. Havia 127 trabalhadores nestas propriedades. Uma vez que proprietários brasileiros também arrendavam sítios a trabalhadores nacionais, deveria ter havido mais trabalhadores ainda nesta categoria.

É preciso acrescentar no setor de sítiantes os 156 lotes do núcleo Jorge Tibiriçá, que começaram a ser vendidos em 1905. Neles moravam cerca de 500 trabalhadores. Além disso, é bem provável que o recenseamento não levasse em consideração um setor de posseiros minifundistas. Este grupo, cuja participação no mercado seria não propriamente a venda de produtos cultivados, mas antes a venda de seu trabalho, — parcialmente por falta de terras suficientes para absorve-lo — não era indicado no recenseamento até os anos de 1930. Havia 150 destas propriedades em 1850, e talvez 300 em 1905. A mão-de-obra nelas aplicada seria de 600 pessoas. Estes cálculos sugerem que menos de 15 por cento do total dos trabalhadores rurais residiam nas suas próprias terras.

Esta é uma proporção realmente bastante baixa, porém, devia ter sido entre as mais altas da região do Oeste Paulista, uma vez que Rio Claro era o único município que continha dois núcleos oficiais (num total de doze em todo o Estado). Era, aliás, um dos centros urbanos mais importantes do Estado e assim proporcionava um mercado amplo para pequenos produtores agrícolas.

Finalmente, a população de posseiros-sitiantes pré-existente à chegada das fazendas não foi totalmente erradicada e sobreviveu, devido em parte a sua densidade e à extinção do regime de sesmarias no momento em que a apropriação começou (1822) (8).

O recenseamento de 1919 registrou 868 proprietários, um aumento de 275 sobre 1905 (se se inclui Jorge Tibiriçá no arrolamento de 1905), portanto, uma taxa de 46 por cento. Nesse espaço de tempo, a população cresceu 35 por cento. Não foi possível determinar até que ponto o aumento pode ser atribuído à maior perfeição do recenseamento. Registraram-se cerca de 80 propriedades nos bairros de Assistência e Lopes. Os núcleos apresentavam tendência nítida à concentração. Jorge Tibiriçá contava com 33 lotes a menos do que em 1912, e em Cascalho só restava a metade dos 150 lotes que havia em 1893, ano de sua emancipação. Este recenseamento não apresentava o número de trabalhadores por estabelecimento, assim não foi possível fazer uma estimativa da proporção de sítios cultivados por seus proprietários. Mesmo supondo que todos os novos proprietários eram pequenos, eles representavam uma proporção mínima dos concorrentes por essas terras. A Companhia Paulista registrou a chegada de quase 7.500 europeus nos dois municípios no intervalo entre os recenseamentos, porem, um número igual desapareceu ao mesmo tempo (9).

Com a crise das fazendas de café na década de 1930, o número de sítios aumentou significativamente. Em 1939 registrou-se um aumento no número de propriedade, aumento que não se reflete no número dos sítios, mas no número de posses registradas por sítiantes que se sentiam mais ameaçados por grileiros do centro urbano, como mostra Robert Shirley.

A tendência, na historiografia local é de aceitar o testemunho dos sobreviventes, em especial, aqueles que conseguiram terras. A pequena burguesia dos municípios do interior aderiu em geral à versão ideológica do passado que a burguesia inventou anos atrás. Porem, a insistência na ascensão social de certos imigrantes esconde as modestas proporções da mobilidade experimentadas pela massa dos imigrantes e esquece por completo o destino da metade dos trabalhadores brasileiros natos. É preciso lembrar que talvez 50 por cento dos imigrantes se repatriavam e que a grande maioria dos imigrantes que se diri-

(8). — São Paulo, *Leis*, Lei 28, 28 de março, 1884; Paul Perrin, *Les colonies, agricoles au Brésil* (Paris, 1912); Arquivo do Estado de São Paulo, Núcleos Coloniais, Cascalho, Jorge Tibiriçá.

(9). — Brasil, Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, *Recenseamento Geral . . .* 1920, III, 31-45; São Paulo, Repartição de Estatística e Arquivo, *Anuário estatístico*, 1893-1927.

giam para São Paulo e para outras cidades do Estado integravam-se no proletariado. Portanto os 15 por cento dos trabalhadores em Rio Claro, que eram donos das suas próprias terras em 1905, representavam uma proporção muito mais reduzida do total que tentava mas não conseguia alcançar esta posição social. De fato, o sistema de *plantations* em Rio Claro não estimulou o aparecimento de sitiantes. O crescimento do número de pequenas propriedades só aconteceu com o *colapso* das fazendas, num período de crise financeira, e depois que decaiu o valor do solo e dos cafezais. Os sitiantes permaneciam marginalizados em relação aos fazendeiros, que se deslocavam para regiões mais férteis, e que recuperaram as mesmas terras mais tarde quando surgiu novamente a perspectiva de lucro na base do cultivo da cana-de-açúcar.